

## PERSPECTIVAS SOCIOAMBIENTAIS E AS SINGULARIDADES DOS ATORES SOCIAIS EM CONTEXTOS PRODUTIVOS DIVERSOS

Gabriel Henrique M. de Sales<sup>1</sup> (IC), Geraldo F. de Souza Moraes (PQ)<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Itajubá - Campus Itabira

**Palavras-chave:** Acessibilidade. Deficiência. Direitos Humanos. Inclusão. Saúde do Trabalhador.

### Introdução

Este estudo tem por objetivo analisar as políticas públicas e iniciativas sociais voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência (PCD) em Itabira, Minas Gerais, sob a ótica das perspectivas socioambientais. Os atores sociais desempenham um papel fundamental nos contextos produtivos, moldando e influenciando as dinâmicas e resultados das atividades econômicas, bem como sofrendo influências inerentes ao contexto no qual se inserem. No entanto, é importante reconhecer que esses atores não são homogêneos e apresentam singularidades que os distinguem uns dos outros. Essas singularidades referem-se a características individuais, coletivas e contextuais que afetam a forma como os atores sociais participam e contribuem para os processos produtivos. Compreender essas singularidades é essencial para promover a inclusão, a participação significativa e o desenvolvimento sustentável nos contextos produtivos. A inserção da Pessoa com Deficiência no mercado de trabalho ocorreu historicamente por meio do modelo de trabalho apoiado, que surgiu na década de 1950 como extensão da Educação Especial (Araújo, 2003). No Brasil, destaca-se a Lei nº 8.213/91, conhecida como Lei de Cotas, que determina que empresas com mais de cem funcionários reservem uma porcentagem de vagas para pessoas com deficiências (Brasil, 1991). A Lei de Cotas [Art. 93 da Lei nº 8.213/91 (Brasil, 1991)], regulamentada pelo Decreto nº 3.298 de 1999 (Brasil, 1999), que estabelece uma reserva de vagas

às PCD proporcional ao tamanho da organização é considerada um dos principais fatores pois, além de promover maior autonomia, inclusive financeira a essas pessoas, com importantes efeitos na sua autoestima, proporcionou também aos funcionários o contato com a realidade – dificuldades e potencialidades – das PCD desmitificando-as. A Constituição Federal de 1988 garante a todo cidadão brasileiro seu direito à liberdade, acesso à educação, à saúde, ao lazer, ao trabalho (Art. 6 e 227) e, no que se refere ao campo do trabalho, proíbe qualquer tipo de discriminação por critérios de admissão ou salários do trabalhador com deficiência (Art. 7º); garante a promoção de assistência social, bem como adaptação de logradouros, de edifícios públicos e de transporte coletivo (Art. 244) (Violante; Leite, 2011). Nem todas as empresas se preocupam com a equidade por isso a necessidade da aplicação da lei para assegurar a inclusão das pessoas ao mercado de trabalho. Historicamente grupos de pessoas têm se apoiado para garantir esse direito, em especial as pessoas com deficiência (Araújo, 2003). Ainda que existam normas legais para assegurar direitos social e trabalhista há necessidade de muito a se fazer com relação a baixa escolaridade, exclusão, qualificação e preconceito das PCD que buscam incluir-se no mercado de trabalho. Se a empresa não levar em consideração a diversidade e explorar esse ponto para seus colaboradores a inclusão não será efetiva (Malheiros et al., 2010).

**“Do conhecimento acadêmico à transformação sustentável: inovação com validação científica”**

Na atualidade do Brasil deparamos com uma realidade permeada pela discriminação das PCD relacionada ao preconceito da doença que lhes é atribuído. Sofrem exclusão social e econômica reforçada pela inexistência de planejamento ou programas de políticas públicas que impedem a inclusão em diversos contextos, sofrem também com a violência institucional e estrutural do Estado na falta de fiscalização da política local que deveriam assegurar e proteger os direitos (Andrade, 2017).

**Metodologia**

Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo e exploratório o qual possibilita uma observação de campo do pesquisador e orientandos, bem como uma análise das verbalizações junto aos atores envolvidos no processo, quanto às questões e perspectivas que norteiam a inclusão de PCD no mercado de trabalho. A amostra é constituída de PCD, inclusas e não inclusas no mercado de trabalho, em um município do interior de Minas Gerais. De modo evidenciar a inclusão de PCD no mercado de trabalho, inicialmente será feita uma busca em base de dados a respeito do tema abordado utilizando dos descritores Pessoa com Deficiência (PCD) e Inclusão e Trabalho. A revisão de literatura também será utilizada para subsidiar a elaboração dos instrumentos de pesquisa. Esses instrumentos serão aplicados em locais de trabalho e em instituições de intermediação de emprego.

**Resultados e discussão**

As políticas públicas municipais exercem papel fundamental na gestão dos direitos sociais e no enfrentamento de desigualdades regionais. No caso de Itabira, cidade historicamente marcada pela mineração, a formulação e implementação de políticas públicas enfrenta o desafio de diversificar a economia, reduzir impactos socioambientais e atender demandas sociais oriundas da dependência histórica do setor extrativista. A acessibilidade urbana em Itabira (MG) apresenta desafios

significativos que impactam diretamente a saúde dos trabalhadores, especialmente considerando as singularidades dos atores sociais em contextos produtivos diversos. A cidade, com sua topografia acidentada e expansão urbana desordenada, dificulta a mobilidade de pedestres, ciclistas e usuários do transporte público. Essas barreiras físicas comprometem o acesso equitativo a serviços essenciais, como saúde e educação, afetando principalmente trabalhadores de baixa renda e pessoas com deficiência. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) estabelece diretrizes para a acessibilidade nas cidades, incluindo o acesso ao transporte coletivo, calçadas e edificações, mas a implementação efetiva dessas leis em Itabira ainda é uma questão a ser superada. A acessibilidade tem sido tema de debates públicos em Itabira. Em outubro de 2018, foi realizada uma audiência pública na Câmara Municipal para discutir soluções para os problemas de acessibilidade enfrentados por pessoas com deficiência no município. Essa diversidade reforça a necessidade de políticas públicas inclusivas e específicas, que considerem as particularidades locais, a identidade territorial e as condições socioambientais que moldam a vida cotidiana da população. Assim, compreender as identidades, resistências e estratégias de sobrevivência desses atores constitui passo essencial para a formulação de ações que superem a lógica excludente e precarizada do atual modelo de desenvolvimento. Outro ponto relevante é a constatação de que a acessibilidade urbana em Itabira permanece insuficiente, o que compromete diretamente a qualidade de vida e a saúde dos trabalhadores. Barreiras físicas, como transporte público inadequado, calçadas irregulares e ausência de sinalização acessível, dificultam a mobilidade de pessoas com deficiência, revelando um distanciamento entre os dispositivos legais e a realidade prática. Mesmo com avanços, como a aprovação de leis e a realização de, as adversidades em relação à inclusão persistem.

*“Do conhecimento acadêmico à transformação sustentável: inovação com validação científica”***Conclusões**

A presente pesquisa buscou analisar as perspectivas socioambientais e as singularidades dos atores sociais em contextos produtivos diversos, com ênfase na cidade de Itabira (MG), cuja trajetória histórica é marcada pela dependência da mineração e pelos desafios de inclusão social. A partir da abordagem interdisciplinar proposta, o estudo evidenciou que a inclusão de pessoas com deficiência (PCD) no mercado de trabalho ainda enfrentam múltiplas barreiras, tanto estruturais quanto culturais, que limitam a efetividade da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e da Lei de Cotas. Os dados discutidos demonstraram que, embora existam políticas públicas e iniciativas da sociedade voltadas à promoção da acessibilidade e da inclusão, sua implementação é marcada por descontinuidades e fragilidades. Para tanto, recomenda-se que governo, empresas e comunidade atuem de forma articulada na implementação de políticas públicas, programas de qualificação profissional, ações de conscientização e investimentos em acessibilidade, garantindo condições reais de igualdade de oportunidades sobre justiça social e sustentabilidade, dimensões socioambientais e humanas.

**Agradecimentos**

Os autores agradecem à **Universidade Federal de Itajubá – Campus Itabira e ao CNPq** pelo suporte institucional, pelas condições oferecidas para o desenvolvimento desta pesquisa.

**Referências**

Andrade, L. Pessoas com deficiência no Brasil e as diversas formas de violência a que são submetidas. **Revista Conversas e Controvérsias**, Porto Alegre, v. 4, n. 2., p. 62-76, ago-dez. 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/conversasecontroversias/article/view/25547>; Acesso em setembro de 25.

Araújo, E. T. Inclusão como missão: reflexões sobre as mudanças na gestão da educação profissional em instituições especializadas. In: **Trabalho e deficiência mental: perspectivas atuais**. Brasília: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). 1 ed. p. 132-153, Brasília: Dupligráfica Editora, 2003. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/17806/1/SSO%20-%20Edgilson%20Tavares%20de%20Araujo.pdf>; Acesso em setembro de 25.

Brasil. Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991. **Dispões sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 dez. 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18213cons.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18213cons.htm); Acesso em setembro de 25.

Brasil, Lei n. 13.146, de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm); Acesso em setembro de 25.

Malheiros, M. et al. Diversidade e inclusão social: estudo de caso em filial de uma rede de farmácia. **Revista Unifeso – Humanas e Sociais**. v. 6, n. 6, 2020, p. 38-52, Teresópolis – ISSN 2358-9485. Disponível em: <https://www.unifeso.edu.br/revista/index.php/revistaunifeso/humanasesociais/article/view/2092>; Acesso em setembro de 25.

Violante, R. R.; Leite, L. P. A empregabilidade das pessoas com deficiência: uma análise da inclusão social no mercado de trabalho do município de Bauru, SP. Portal de Revista da USP: **Caderno de Psicologia Social do Trabalho**, 2011, v. 14, n. 1, p. 73-91. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25717>; Acesso em setembro de 25.